

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	13
APRESENTAÇÃO — WLADIMIR NOVAES MARTINEZ	15
PREFÁCIO — PROF. HÉLIO GUSTAVO ALVES	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I. PRINCÍPIOS PREVIDENCIÁRIOS	21
1.1. Princípio da proteção	21
1.2 Princípio da obrigatoriedade	23
1.3. Princípio da facultatividade	23
1.4. Princípio da universalidade	24
1.5 Princípio da continuidade	25
1.5.1. Continuidade da filiação	26
1.5.2. Continuidade da contribuição	26
1.5.3. Continuidade da prestação	27
1.6. Princípio da essencialidade	27
1.7. Princípio da unidade	28
1.8. Princípio da supletividade	28
1.9. Princípio das desigualdades sociais	29
1.10. Considerações finais	30
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	31
2.1. Princípio da liberdade	31
2.2. Princípio da igualdade	31
2.3. Princípio da legalidade	33
2.4 Princípio da competência da União	34
2.5 Princípio do solidarismo social	34

2.6. Princípio da divisão do financiamento	35
2.7. Princípio da relação entre custeio e prestações	36
2.8. Princípio da integração econômica da América Latina	37
2.9. Princípio da expectativa de direito	37
2.10. Princípio do direito adquirido	38
2.11. Considerações finais	40
CAPÍTULO III. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	42
3.1. Conceito de RGPS	42
3.2. Segurados do RGPS	43
3.2.1. Segurados obrigatórios	43
3.2.1.1. Empregados	43
3.2.1.2. Empregados domésticos	44
3.2.1.3. Contribuintes individuais	45
3.2.1.4. Trabalhador avulso	46
3.2.1.5. Segurado especial	46
3.2.2. Segurado facultativo	47
3.2.3. Filiação x inscrição	48
3.3. Carência e qualidade de segurado	49
3.4. Equilíbrio financeiro e atuarial	50
3.5. Considerações finais	52
CAPÍTULO IV. NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	54
4.1. A natureza jurídica na doutrina	54
4.2. Considerações finais	55
CAPÍTULO V. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ASSEGURADOS AOS SEGURADOS E AOS DEPENDENTES	57
5.1. Aposentadoria por invalidez	58
5.2. Aposentadoria por idade	59
5.3. Aposentadoria por tempo de serviço (tempo de contribuição)	60
5.4. Aposentadoria especial	61
5.5. Auxílio-doença	62
5.6. Salário-família	63
5.7. Salário-maternidade	64
5.7.1. Salário-maternidade nos casos de adoção	67

5.8. Pensão por morte	70
5.9 Auxílio-reclusão	71
5.10. Considerações finais	72
CAPÍTULO VI. SERVIÇOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	74
6.1. Dos serviços	74
6.2. Considerações finais	75
CAPÍTULO VII. FAMÍLIA	77
7.1. Família, união estável e afetividade	77
7.2 Considerações finais	81
CAPÍTULO VIII. HOMOAFETIVIDADE/HOMOSSEXUALIDADE	83
8.1 Origem e evolução histórica	83
8.2. Conceito de homossexualidade	85
8.2.1 Homossexualismo e homossexualidade	86
8.3 Considerações finais	87
CAPÍTULO IX. DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO HOMOAFETIVO	88
9.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos	88
9.2. Igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana	88
9.3 Considerações finais	92
CAPÍTULO X. A ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS	93
10.1 Aspectos iniciais sobre a adoção no ordenamento jurídico pátrio	93
10.2. A adoção por homoafetivos	96
10.3 Considerações finais	100
CAPÍTULO XI. OS DIREITOS DOS HOMOAFETIVOS À LUZ DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	102
11.1 A conquista dos direitos dos homoafetivos no direito previdenciário	102
11.2. Considerações finais	107
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

ANEXOS	119
Anexo A — Instrução Normativa INSS/PRES n. 20, de 11 de outubro de 2007 — DOU 11.10 2007	121
Anexo B — Instrução Normativa n. 25, de 2000	122
Anexo C — Acórdão inovador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pela possi- bilidade de adoção de criança por casal de pessoas do mesmo sexo (<i>Maria Berenice Dias</i>) ...	124
Anexo D — Justiça concede pensão vitalícia a companheiro de ex-servidor	136